

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 03/2020
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 02/2020

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA - PR**, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 77.780.120/0001-83, com sede administrativa na Rua Dom Pedro II, n.º 64, Centro, nesta cidade e Comarca de Mangueirinha - PR, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Isaias Tranbulak, inscrito no CPF sob n.º 410.969.409-49, vem através do presente, por meio da Comissão Permanente de Licitação nomeada pela Portaria n.º 02/2020, em conformidade com os ditames da Lei n.º 8.666/93, tornar público a realização da contratação por meio de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** em que é CONTRATADO a empresa **HUNER COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 13.934.031/0001-61, com sede administrativa na Rua Manoel Ribas, n.º 665, Brasília, na cidade de Pato Branco - PR, representada pelo Sr. Matheus Angeli, inscrito sob n.º CPF 078.869.209-70.

1 - SUPORTE LEGAL E REGIME DE CONTRATAÇÃO

1.1. A presente contratação, que seguirá o rito de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, será regida pela Lei Federal n.º 8.666/1993, e suas alterações.

2 - OBJETO

2.1. O objeto do presente é a contratação de uma empresa especializada para prestação de serviços de diagramação e publicação de atos oficiais (mídia eletrônica) em Diário Oficial, dos atos praticados pela Câmara Municipal de Mangueirinha – PR., conforme detalhamento contido no termo de referência - **Anexo I** do presente edital;

3 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. As despesas decorrentes do objeto da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

U. Orc.	Proj/Ativ	Elemento de Despesa
01.01	2100	33.90.39.90 – Serviços de Publicidade Legal

4 - EDITAL E ANEXOS

4.1. O edital e demais documentos pertinentes à licitação em epígrafe serão colocados à disposição de qualquer pessoa e divulgados na *homepage* da Câmara Municipal para consulta e serão fornecidos aos interessados, mediante requerimento, junto ao setor de licitações, no endereço mencionado no preâmbulo deste edital, de segunda à sexta-feira, durante o horário de expediente da Edilidade;

5 – DA VIGÊNCIA, VALOR E FORMA DE PAGAMENTO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A vigência da contratação será de no máximo 12 (doze) meses, com início a partir da data de assinatura do contrato, o qual poderá, a critério da Câmara Municipal de Mangueirinha, ser prorrogado mediante termo aditivo, na forma do artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações;

5.2. O valor global do presente Processo Administrativo será de no máximo em **R\$ 4.783,20 (quatro mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte centavos)**;

5.2.1. No valor contratado estão incluídos todos os tributos e demais encargos decorrentes da execução do objeto do presente contrato, não se responsabilizando a Contratante por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo Contratado, que porventura não tenha sido acordada;

5.3. O pagamento será efetuado pela Contratante até 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura ou nota fiscal dos serviços executados, mediante transferência eletrônica ou boleto bancário;

5.4. A nota fiscal deverá ser emitida em nome da Câmara Municipal de Mangueirinha, com o CNPJ n.º 77.780.120/001-83, e havendo divergência ou erro na emissão da nota fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, fica interrompido o prazo para pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização;

5.5. Não haverá reajuste de valores durante o período da contratação, salvo, se ocorrerem algumas das hipóteses contidas no Artigo 65 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

6 – DO CONTRATO E DAS CLÁUSULAS EXORBITANTES

6.1. A contratação decorrente desta licitação, como já mencionado, será formalizada mediante assinatura do respectivo contrato (**Anexo II**);

6.2. As cláusulas que dispõe sobre a execução do contrato, assim como as cláusulas exorbitantes que tratam da alteração unilateral do objeto, da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, da inoponibilidade da exceção do contrato não cumprido, da rescisão

unilateral, da fiscalização e da aplicação de penalidades estão previstas na minuta do contrato em questão;

7 – DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Esclarecimentos relativos ao presente edital e as condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações, no endereço mencionado preâmbulo deste edital ou pelo Fone/Fax (46) 3243-1580;

7.2. Fica reservado ao Presidente da Câmara Municipal, na qualidade de ordenador da despesa, o direito de revogar ou anular o presente procedimento licitatório, no caso de conveniência e oportunidade ou ilegalidade, respectivamente;

7.3. É facultada a Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase do Processo Administrativo, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do presente processo;

8 – ANEXOS

8.1. Fica sendo parte integrante do presente edital os anexos abaixo relacionados:

- a) Anexo I** – Termo de Referência;
- b) Anexo II** – Minuta do Contrato;

Mangueirinha, 21 de julho de 2020

Isaias Tranbulak
Presidente da Câmara Municipal

João Pedro Veiga
Presidente da Comissão de Licitação

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1 Contratação de uma empresa especializada para prestação de serviços de diagramação e publicação de atos oficiais (mídia eletrônica) em Diário Oficial, dos atos praticados pela Câmara Municipal de Mangueirinha – PR.

2. ESPECIFICAÇÃO:

Item	Qtde.	Unid.	Descrição
01	12	Mês	<p>2.1 Fornecimento de publicidade eletrônica dos atos oficiais, através de criação de Lexpub de site padronizado de Diário Oficial do Município para a Câmara Municipal de Mangueirinha;</p> <p>2.2 Recepção automatizada e eletrônica das publicações administrativas encaminhadas através de sistema em formato PDF e Doc;</p> <p>2.3 Editoração e diagramação dos atos administrativos encaminhados, obedecendo aos normativos pertinentes à publicação legal;</p> <p>2.4 Publicação diária assinada digitalmente, certificada por assinatura digital de autoridade certificadora, devidamente credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil);</p> <p>2.5 Disponibilização de sistema de informação concebido para o envio dos atos administrativos legais, relatórios de gestão fiscal, avisos, leis, decretos, portarias e demais atos pertinentes;</p> <p>2.6 Hospedagem do Diário Oficial Eletrônico em datacenter dedicado, oferecendo segurança, alta capacidade de processamento e armazenamento dos dados em larga escala, estrutura de hardware e software compatíveis com a necessidade;</p> <p>2.7 Divulgação pública dos diários oficiais eletrônicos de forma simples e objetiva, através de site de internet de amplo acesso público, sem necessidade de efetuar cadastro ou utilização de</p>

			<p>senhas para acessar o conteúdo, exigidos conforme Lei Complementar Estadual nº 137/2011;</p> <p>2.8 Serviço de firewall e backup de todas as edições do Diário Oficial Eletrônico, conferindo segurança e fidedignidade das informações hospedadas e mantidas em portal;</p> <p>2.9 Possibilitar o envio das publicações até as 16h, para que, as mesmas obrigatoriamente sejam publicadas no dia útil subsequente ao envio;</p> <p>2.10 Certificação de temporalidade registrada no Observatório Nacional (Carimbo de Tempo), com consulta efetiva no selo através do próprio portal;</p> <p>2.11 Disponibilizar o Sistema Unificado de Atendimento ao Cidadão;</p> <p>2.12 Disponibilizar sistema de pesquisa, com filtro de palavras chave, município, entidade, e data da publicação.</p>
--	--	--	--

3. JUSTIFICATIVA

3.1 Considerando o disposto na Lei Complementar Estadual n.º 137 de 06 de junho de 2011 – Regulamenta os §§ 1º e 2º e o inciso II do § 4º, do art. 27 da Constituição Estadual, dispondo sobre a publicidade dos atos praticados no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios;

3.2 Considerando a Lei Municipal nº 1.694/2011 de 25 de dezembro de 2011 - Institui o Diário Oficial Eletrônico do Município e dá outras providências (anexo), o Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Sudoeste do Paraná como órgão oficial para publicação e divulgação dos atos normativos e administrativos da municipalidade, no que tange a sua administração direta e indireta, tornando o domínio www.dioems.com.br fornecedor exclusivo do serviço;

3.3 Considerando a necessidade da prestação de serviços de publicação diária dos atos oficiais (mídia eletrônica) do Poder Legislativo de Mangueirinha, como: Leis, Decretos, Resoluções, Portarias, Avisos de Editais de Licitações, Ratificações/ Adjudicações/ Homologações de Processos Licitatórios, Extratos de Contratos, Balanço Anual,

Demonstrativos Financeiros, Relatórios de Gestão Fiscal entre outros atos administrativos e contábeis de publicação obrigatória;

3.4 Considerando os benefícios econômicos e ambientais das publicações legais realizadas de forma eletrônica.

3.5 Considerando a maior amplitude possível do acesso a informação, se faz necessário a abertura do presente procedimento licitatório.

4. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:

4.1 O prazo de vigência da referida contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato.

ANEXO II
CONTRATO N.º ____/____

Por este instrumento particular, e na melhor forma de direito, que fazem entre si a **CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 77.780.120/0001-83, com sede administrativa na Rua Dom Pedro II, n.º 64, Centro, nesta cidade e Comarca de Mangueirinha, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Isaias Tranbulak, brasileiro, devidamente inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o n.º _____, doravante simplesmente denominado CONTRATANTE e de outro lado, a empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede administrativa na Rua _____, Bairro _____, na cidade de _____ neste ato representado por seu sócio administrador, Sr. _____, devidamente inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o n.º _____, doravante simplesmente denominada CONTRATADO, celebram este contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a Contratação de uma empresa especializada para prestação de serviços de diagramação e publicação de atos oficiais (mídia eletrônica) em Diário Oficial, dos atos praticados pela Câmara Municipal de Mangueirinha – PR, conforme descrito no termo de referência elaborado;

1.2 Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o termo de referência elaborado, bem como a proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço global, conforme disposto na Lei Federal n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – CLÁUSULA TERCEIRA – O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, DATA-BASE E PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO;

3.1 Pela prestação dos serviços mencionados na cláusula primeira, a Contratante pagará à Contratada o valor mensal de **R\$ 398,60 (trezentos e noventa e oito reais e sessenta centavos)**;

3.2 O valor total da contratação corresponde a **R\$ 4.783,20 (quatro mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte centavos)**;

3.3 O pagamento deverá ser efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura ou nota fiscal dos serviços executados, mediante transferência eletrônica ou boleto bancário;

3.4 Os custos pela emissão do boleto bancário e/ou pela transferência eletrônica serão arcados pela Contratada, caso opte em receber o pagamento mediante transferência em instituições financeiras diversas do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal;

3.5 No preço contratado estão incluídos todos os tributos e demais encargos decorrentes da execução do objeto do presente contrato, não se responsabilizando a Contratante por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada;

3.6 A atualização financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Contratante, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para o atraso;

3.7 A atualização financeira é devida desde a data limite fixada neste contrato para o devido pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento, com a incidência de 1% (um por cento) de juros moratórios ao mês.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

U. Orc.	Proj/Ativ	Elemento de Despesa
01.01	2100	33.90.39.90 – Serviços de Publicidade Legal

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados data da assinatura do presente, nos termos do Art. 57 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

6.2 Relacionar-se com a Contratada exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

6.3 Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

6.4 Efetuar, com pontualidade, os pagamentos devidos a Contratada, após o cumprimento das formalidades legais;

6.5 Fornecer a Contratada todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

6.6 Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir eventuais falhas ou irregularidades encontradas na execução dos serviços contratados;

Parágrafo Primeiro – A Contratante reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela Contratada de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato;

Parágrafo Segundo – A Contratante efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SETIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Executar os serviços contratados em conformidade com o termo de referência elaborado, por meio de pessoal qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas;

7.2 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a todas as reclamações;

7.3 Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante da Contratante durante a vigência do contrato;

7.4 Cumprir todas as orientações da Contratante para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

7.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante, seja em virtude de cisão, incorporação ou fusão;

7.6 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação;

7.7 Responder exclusivamente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato;

7.8 A Contratada deverá disponibilizar, de forma gratuita, suporte técnico via central de atendimento ao cliente, telefone, *fac-símile*, *website* e outros meios de comunicação que não impliquem deslocamento de equipe técnica ou execução de serviços, com o objetivo de orientar e esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e/ou utilização dos sistemas implantados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CLÁUSULAS EXORBITANTES

8.1 Da Alteração Unilateral do Objeto: A Contratante se reserva no direito de modificar unilateralmente o objeto do presente contrato para melhor adequá-lo às finalidades de interesse público, ficando a Contratada obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, eventuais acréscimos e supressões no tocante a **quantidade** do objeto contratado.

8.1.1 A alteração referida no item anterior pode consistir no acréscimo ou diminuição de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (Lei n.º 8.666/93, Art. 65, §1º da Lei n.º 8.666/93).

8.1.2 Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da Contratada, a Contratante deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

8.2 Da Inoponibilidade da Exceção do Contrato não Cumprido: A *exceptio non adimpleti contractus* somente poderá ser invocada pela Contratada, com o fim de suspender a execução contratual, após 90 (noventa) dias de inadimplemento por parte da Contratante, e desde que ausente justa causa.

8.3 Da Rescisão Unilateral: A Contratante poderá rescindir administrativamente o presente Contrato nas hipóteses previstas no Art. 78, I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à Contratada o direito a qualquer indenização, ressalvados os casos especificados no Art. 79, §2º, da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo das penalidades pertinentes, assegurados nos autos do processo respectivo, o contraditório e a ampla defesa.

8.3.1 Nos casos enumerados no Art. 78, I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93, a rescisão dar-se-á por ato unilateral da Contratante, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

8.4 Da Aplicação de Penalidades: Pela inexecução total ou parcial do presente contrato, a Contratante poderá aplicar as seguintes penalidades, garantida a prévia defesa da Contratada:

- a) Advertência;

b) No caso de infração continuada (que se repete a cada dia), multa administrativa de 1% (um por cento) do valor do contrato por cada dia de descumprimento de obrigação assumida no contrato, até o limite de 20% (vinte por cento).

c) Multa Administrativa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, pela infração de qualquer cláusula do Contrato;

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes após decorridos o prazo da sanção aplicada.

8.4.1 Se a Contratada não recolher o valor da multa que eventualmente lhe tenha sido imposta, dentro de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer “jus”. Se a empresa Contratada não possuir mais créditos junto a Câmara Municipal, o valor da multa que lhe tenha sido imposta no prazo do item anterior será acrescido de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês.

8.4.2 As multas previstas nesta Cláusula não terão caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

8.4.3 Aplicam-se ao presente contrato as disposições contidas nos Arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93;

CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÃO

9.1 O presente contrato também poderá ser alterado por acordo entre as partes contratantes, nos casos expressos no Art. 65, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, mediante o devido aditamento;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 O presente contrato é assinado por dispensa de licitação, baseado no inciso II do Art. 24 da Lei n.º 8.666/93;

10.2 Os casos omissos do presente instrumento serão dirimidos com aplicação da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como com base nos princípios gerais do direito público;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 As partes contratantes elegem o Foro da Comarca da Contratante como o único competente para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

E, por estarem de perfeito e comum acordo, justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Mangueirinha, *(data)*

Isaias Tranbulak
Presidente da Câmara Municipal

Contratada

01ª Testemunha
CPF n.º _____.____.____-____

02ª Testemunha
CPF n.º _____.____.____-____